

AJUDA MEMÓRIA – XIII PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

**ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CBHSF
11 de abril de 2007 – Salvador/Ba**

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e sete, no auditório principal da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia dá-se início à Plenária, através da composição de mesa, com a presença do Presidente do CBHSF, Dr. José Carlos Carvalho. Este agradece a presença de todos e após as boas vindas, expõe que a grande expectativa desta plenária é a aprovação do novo Regimento Interno. Passa a palavra a Yvonilde Medeiros para dar início a sessão de informes. Esta faz um relato das ocorrências entre dezembro de 2006 e abril de 2007, englobando a Oficina de Usuários tratando do tema Cobrança e a Oficina de Usuários tratando do tema Cobrança ou Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos para a Geração de Energia. Explica ainda que na plenária do dia seguinte, estará presente um representante participante desta reunião, para dar continuidade às discussões iniciadas. Relata a ocorrência da Oficina de Planejamento visando o Processo de Renovação de Membros, com participação da CTAI e afirma ser um processo que exige muito cuidado, trabalho e participação tanto dos órgãos gestores estaduais como os órgãos públicos federais, com data de posse dos novos membros prevista para 10 de agosto. Um outro fato importante foi a contratação, pela Agência Nacional de Águas, da empresa Gama Engenharia para desenvolvimento dos estudos sobre cobrança que, junto a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança irão apoiar nas decisões em relação a mecanismos e valores. Também, em paralelo, foi contratada a consultora Maria Luiza Granziera para desenvolver estudos sobre o modelo jurídico-institucional da Agência do São Francisco que, junto a Câmara Técnica Institucional Legal vem conduzindo e discutindo, ficando para o dia seguinte, a apresentação em plenária. Junto a Câmara Técnica de Planos,

34 Programas e Projetos, realizou-se uma Oficina tratando do tema Vazão Ecológica.
35 Atualmente, os estudos estão adiantados e o consultor, Robson Sarmento, está
36 fazendo as correções sugeridas pela Câmara Técnica. Yvonilde Medeiros afirma que
37 todos os resultados serão apresentados em Plenária e que os relatórios
38 intermediários estarão presentes na página eletrônica do CBHSF. Em seguida, Dr.
39 José Carlos Carvalho coloca em regime de votação a ata da última plenária, já que a
40 mesma foi enviada com antecedência aos membros, considerando não necessária a
41 sua leitura. Recebe considerações do Ministério da Integração e da Coordenação da
42 Câmara Consultiva do Sub-Médio, nos seguintes termos: informe quanto a edição do
43 Decreto Lei Presidencial nº 6047, de 22 de fevereiro de 2007 e retirada da
44 expressão contida nas linhas 143 e 144 (pelo Ministério da Integração) além da
45 inclusão da vaga de pesca, em lugar da de hidroviário, para o Estado de
46 Pernambuco (pela CCR Sub-Médio). Não mais havendo correções, Dr. José Carlos
47 Carvalho, colocou em regime de votação e a ata foi aprovada. Yvonilde Medeiros
48 passa a palavra para Maurício Laxe fazer suas considerações. Este salienta a
49 importância do CBHSF participar de maneira formal do Programa de Revitalização,
50 através do Comitê Gestor. Em seguida, Yvonilde Medeiros informa que em função
51 das mudanças de governo, a Câmara Consultiva do Baixo São Francisco ficou sem
52 representação em sua Coordenação. Em função disto, assumiu interinamente, até
53 que se faça nova eleição, Luis Carlos Fontes. O coordenador da Câmara Consultiva
54 do Médio São Francisco, Edison Ribeiro, coloca-se disponível para colaborar com o
55 processo eleitoral de renovação de membros. O coordenador da Câmara Consultiva
56 do Sub-Médio São Francisco, Rômulo Leão, concorda com as colocações de Edison
57 Ribeiro e acrescenta da importância na participação efetiva das atividades do
58 CBHSF. O coordenador da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco, Luis Fontes,
59 explica como está se dando o funcionamento da secretaria da CCR, da participação
60 desta CCR no processo de renovação de membros, da realização de dois eventos
61 sobre vazão ecológica e agência de bacia. Cisino Lopes informa quanto a iniciativa
62 da AIBA a cerca do processo de recuperação de matas ciliares. Geraldo Cabral
63 informa quanto às inscrições para conselheiro do CONERH/Ba e a distribuição de
64 cartazes informativos sobre a Bacia do São Francisco em sua região. Yvonilde

65 Medeiros relata o encontro ocorrido em Brasília, contrário a transposição, liderado
66 pelo Fórum de Defesa do São Francisco, com a participação da Diretoria Executiva
67 do CBHSF; passa a palavra ao Sr. Toinho para que faça um breve relato do
68 encontro e em seguida, Edison Ribeiro, complementou o relato feito. Após todos os
69 informes, Dr. José Carlos Carvalho passa ao ponto de pauta seguinte que é a
70 aprovação do Regimento Interno. Propõe que a parte consensual desta discussão
71 seja colocada em votação e a parte não consensual, ser discutida ponto a ponto,
72 com posterior votação. Ana Cacilda apresenta primeiramente os pontos em
73 consenso: art. 2º, parágrafo único inclusão dos Povos Indígenas na composição do
74 CBHSF mudando a redação original para Poder Público, Usuários, Sociedade Civil e
75 Povos Indígenas; art. 5º, inciso 8º, incorporação da expressão “Entidade
76 Delegatária”; alteração do art. 6º, ampliando para duas vagas a representação
77 indígena; art. 6º, inciso 5º, alteração da distribuição de vagas, em Pernambuco, no
78 Segmento Usuário: deixa de existir a vaga na categoria Hidroviário e passa a existir
79 a vaga na categoria Pesca, Turismo e Lazer; art. 6º, inciso VII, a redação passa a
80 ser “Povos indígenas residentes ou com interesse na bacia, com dois representantes
81 eleitos no âmbito da mesma”; art. 6º, § 2º onde a expressão inicial expressa que os
82 *representantes dos segmentos Poder Público Municipal, dos Usuários e das*
83 *Organizações Cívicas, titulares e suplentes, serão, obrigatoriamente, de Entidade*
84 *distintas, acresce-se a expressão a exceção das categorias para as quais não haja*
85 *mais de uma entidade representativa; art. 7º, retirada da estrutura do CBHSF, a*
86 *Secretaria Executiva e no parágrafo único, explicitar que o CBHSF disporá de uma*
87 *Secretaria, até que seja criada a Agência de Bacia ou Entidade Delegatária; art 8º, §*
88 *1º afirmação de que os mandatos do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e*
89 *Coordenadores das Câmaras Consultiva Regionais serão coincidentes, de três anos,*
90 *podendo ser reeleitos uma única vez; art. 9º, § 4º afirmação de que em caso de*
91 *vacância simultânea das funções de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, o*
92 *membro mais antigo e, em caso de empate, o mais idoso, dentre os Coordenadores*
93 *das CCR’s, deverá convocar eleição a ser realizada no prazo máximo de noventa*
94 *dias; art. 12, das atribuições do Secretário, inclusão do inciso VIII onde expressa que*
95 *o Secretário também deverá assinar as atas de reuniões, deliberações e moções*

96 aprovadas em reuniões, juntamente ao Presidente; art. 23, § 1º afirmação que as
97 votações serão nominais e abertas; art. 24, afirmação de que os membros suplentes
98 terão direito a voz e somente terão direito a voto na ausência do membro titular; art.
99 27, afirmação de que o CBHSF deverá realizar audiências públicas para discussão
100 de matérias consideradas relevantes pelo Plenário, diretamente, ou através de suas
101 Câmaras Consultivas Regionais; art. 28, afirmação de que as atas deverão ser
102 redigidas de forma sucinta, aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e
103 pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas, em especial por meio do sítio
104 eletrônico do CBHSF; art. 30, parágrafo único, adequação da realidade já praticada
105 no CBHSF de que a forma de funcionamento das Câmaras Técnicas será proposta
106 pelos seus membros e submetida à deliberação do Plenário; art. 31, inciso II, saída
107 da expressão *parecer* e inclusão da expressão *posicionamento*; art. 31, retirada da
108 regulamentação da CTAL do texto do Regimento Interno e indicativo para que a CTIL
109 a elabore, em acordo com a posição da CTAL; art. 33, § 4º inclusão da afirmação de
110 que os mandatos dos membros das Câmaras Técnicas será coincidente com o dos
111 membros do Comitê; art. 36, afirmação de que a forma de funcionamento das
112 Câmaras Consultivas Regionais será definida pelos seus membros e submetida a
113 deliberação em Plenário; art. 37, inclusão das atribuições das Câmaras Consultivas
114 Regionais e no parágrafo único, caberá ao Plenário definir o detalhamento das
115 atribuições previstas neste artigo e o estabelecimento de outras atribuições, quando
116 couber; art. 39, inciso VII, afirmação de que “fazer constar em ata o ponto de vista
117 discordante, quando julgar relevante”; art. 30, inciso XIII afirmação de que “participar
118 das Reuniões das Câmaras Consultivas Regionais”; art. 30, inciso XIV, inclusão da
119 expressão Entidade Delegatária; art. 52, assume a seguinte redação: A Diretoria do
120 Comitê articulará com a ANA e demais órgãos e entidades que integram o SINGREH
121 o apoio necessário ao funcionamento do CBHSF, bem como para a implantação dos
122 instrumentos previstos na Lei nº 9433/97; art. 55, assume a seguinte redação: O
123 Secretário será o titular da Secretaria enquanto não for criada a Agência de Águas
124 ou Entidade Delegatária do Rio São Francisco; findo o relato dos pontos
125 consensuados na plenária em Belo Horizonte, Dr. José Carlos Carvalho submeteu a
126 aprovação e foi aprovada por aclamação. O Ministério da Integração fez uma

127 declaração de voto, expressando que a versão final do regimento interno requererá
128 um aperfeiçoamento, a ser feito possivelmente por um grupo de trabalho na CTIL.
129 Dr. José Carlos Carvalho afirma que declaração de voto é uma manifestação de
130 vontade que não altera a decisão tomada soberanamente pelo Plenário. Passou-se
131 a discussão dos pontos que foram dissenso. Os pontos foram: art. 6º, inciso VI,
132 alínea d, afirmando que é uma vaga para representantes das comunidades
133 quilombolas, no âmbito da bacia e inclusão do art. 56 com o seguinte texto *Para o*
134 *triênio 2007-2010, a representação das comunidades tradicionais quilombolas será*
135 *indicada pela Comissão Nacional dos Quilombolas – CONAQ à CTCT e homologada*
136 *pela Comissão Eleitoral de acordo com critérios por ela definidos; inclusão do art. 54*
137 *com o seguinte texto O representante titular da categoria abastecimento urbano será*
138 *indicado pela empresa estadual de saneamento; aprovação do texto do art. 18 (O*
139 *Plenário definirá o(s) local(ais) onde será (ão) realizada(s) cada reunião ordinária e*
140 *extraordinária do CBHSF) e parágrafo único (o calendário anual das reuniões*
141 *ordinárias deverá ser aprovado pela Plenária); retirada da regulamentação da CTAI*
142 *do Regimento Interno, com recomendação para que a CTIL elabore uma deliberação*
143 *específica, referente a regulamentação interna desta Câmara Técnica, para*
144 *aprovação em Plenário, de forma semelhante às demais Câmaras Técnicas; art. 31,*
145 *parágrafo único, permanência do seguinte texto A Câmara Técnica de Articulação*
146 *Institucional deverá atuar em estreita articulação com os respectivos Sistemas*
147 *Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas*
148 *Afluentes e com as Câmaras Consultivas Regionais, previstas no art. 35 deste*
149 *Regimento; art. 33, § 1º, ficando a indicação de membros de Câmaras Técnicas ser*
150 *feita, exclusivamente, por membros do CBHSF em lugar de ser feita exclusivamente*
151 *por membros titulares do CBHSF; art. 33, § 2º o texto final ficou, A Indicação dos*
152 *representantes dos Comitês de Bacias de Rios Afluentes na Câmara Técnica de*
153 *Articulação Institucional será feita pelo respectivo Comitê de Rio Afluente; art. 33, §*
154 *3º o texto final ficou, A composição de cada Câmara Técnica será definida pela*
155 *Diretoria Colegiada, a partir de manifestação de interesse dos membros do Comitê;*
156 *art. 33, § 4º o texto final ficou, O mandato dos membros das Câmaras Técnicas será*
157 *coincidente com os dos membros do Comitê; a redação final do art. 35 ficou “As*

158 *Câmaras Consultivas Regionais, coordenadas por membros titulares do Comitê, são*
159 *instâncias colegiadas formadas com base na divisão fisiográfica da Bacia e serão*
160 *constituídas por membros titulares e suplentes do Comitês e representantes de*
161 *Comitês de Bacias de Rios Afluentes, legalmente constituídos, na área da CCR” e a*
162 *redação final do parágrafo único ficou “Será garantida a participação dos três*
163 *segmentos integrantes do Comitê, com proporcionalidade definida pelo Plenário,*
164 *bem como dos povos indígenas”; art. 39, inclusão do inciso VI (coordenar, no âmbito*
165 *de sua área de atuação, o processo de mobilização para a renovação dos mandatos*
166 *de membros do CBHSF); art. 42, § 1º com a seguinte redação “Em caso de*
167 *membros que tenham suas despesas de locomoção e estadia, custeadas pelo*
168 *CBHSF, o prazo será de 15 (quinze) dias”; a redação final do art. 43 aprovada ficou*
169 *“O membro titular que não comparecer a duas reuniões plenárias consecutivas do*
170 *CBHSF, ou três alternadas, sem justificativa acatada e sem o comparecimento do*
171 *seu respectivo suplente, receberá comunicação do desligamento da sua*
172 *representação”; a redação final do art. 46 aprovada ficou “Os mandatos eletivos*
173 *terão a duração de três anos, permitida a recondução da entidade membro”; art. 46,*
174 *parágrafo único, a redação final ficou “Os representantes das entidades poderão ser*
175 *reconduzidos, no máximo, por duas vezes”; inclusão do art. 57 com o seguinte texto*
176 *“O mandato dos atuais membros se encerra com a posse dos membros eleitos para*
177 *a gestão 2007/2010”; concluída a aprovação da mudanças no Regimento Interno, a*
178 *Dra. Luciana Khoury foi chamada a mesa para uma explanação sobre as*
179 *tramitações jurídicas referentes a transposição das águas do Rio São Francisco.*
180 *Ressaltou a importância do CBHSF e da necessidade de parceria entre este e o*
181 *Ministério Público. Após agradecer a apresentação, Dr. José Carlos Carvalho passa*
182 *a palavra a Rosalvo Jr. do Ministério da Integração, abordando o mesmo tema. Em*
183 *função do avançado da hora e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.*

184

185

186

187

188

AJUDA MEMÓRIA – XIV PLENÁRIA ORDINÁRIA**FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO CBHSF:
CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
12 de abril de 2007 – Salvador/Ba**

189
190
191
192
193
194
195
196
197 Aos doze dias do mês de abril de dois mil e sete, no auditório principal da
198 Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia dá-se início à Plenária
199 com Dr. Luiz Carlos Fontes convidando para composição da Mesa, a Diretoria
200 Colegiada e Dr. José Almir Cirilo. Este, recebe das mãos de Yvonilde Medeiros,
201 o termo de posse, como representante do Governo de Pernambuco no CBHSF.
202 Em seguida, Yvonilde Medeiros passa a sessão de informes. Rosana Garjulli
203 fala sobre o Projeto Caminho das Águas, parceria da ANA com a Fundação
204 Roberto Marinho e Yvonilde Medeiros esclarece que a idéia é desenvolver o
205 projeto através das Câmaras Consultivas Regionais; Luiz Fontes informa que
206 houve uma discussão na Diretoria do CBHSF, sobre a necessidade do Comitê
207 buscar o momento político adequado para uma real inserção no Comitê, em
208 relação à construção do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São
209 Francisco. Findo a sessão de informes, a mesa foi desfeita e passou-se ao
210 início da mesa redonda sobre a Criação da Agência da Bacia Hidrográfica do
211 São Francisco, com Yvonilde Medeiros relatando quais os passos dados até a
212 contratação da Consultora Maria Luiza Granziera. Compuseram a mesa, Patrick
213 Thomaz/Técnico da ANA, Dr. Luis Roberto Moretti/Secretário do PCJ, Valter
214 Vilela/COPASA, Marcelo de Deus/CEMIG; Maria Luiza Granziera fez sua
215 apresentação esclarecendo que não está trazendo um trabalho final. Este será
216 composto por um leque de alternativas com o estudo de cada alternativa
217 (descrição do modelo, legal e institucional, vantagens, fragilidades, passos para
218 implementar); afirma que é fundamental que o Comitê participe e colabore na
219 construção do referido estudo; levanta três pontos fundamentais para reflexão:
220 definição do papel da agência, agência enquanto equilíbrio institucional
221 (quantidade de agências na bacia/arranjos possíveis) e a questão da viabilidade

222 financeira X dimensão da agência; Patrick Thomaz fez sua apresentação,
223 esclarecendo que a discussão sobre a implementação da agência ela tem que
224 necessariamente vir acompanhada da discussão sobre a implementação da
225 cobrança e vice-versa; explicita o que vem a ser uma cobrança condominial,
226 apresenta o resultado da simulação do potencial total de arrecadação (quarenta
227 e um milhões de reais) esclarecendo que este potencial diverge entre o
228 potencial de arrecadação em rio de domínio da União (sete milhões e
229 oitocentos) e em rio de domínio estadual (trinta e dois milhões de reais); coloca
230 que somando-se a cobrança condominial com a compensação, chegar-se-ia a
231 um total de cento e noventa milhões de reais e que esse valor representa 30%
232 do que é necessário a recuperação da bacia, sendo necessário buscar recursos
233 de outra fontes alternativas para viabilizar a recuperação da bacia. Conclui a
234 sua apresentação afirmando que considerando as premissas adotadas na
235 simulação, verifica-se que os recursos a serem arrecadados somente com a
236 cobrança condominial em rios de domínio da União, não são suficientes para
237 garantir a viabilidade financeira para a criação da Agência; através de um
238 fortalecimento do pacto de gestão, entre os entes da federação, estados, União
239 e municípios, com os Comitês de Bacia, alternativas existem garantindo a
240 viabilidade financeira, destinando recursos para o custeio administrativo da
241 Agência. Em seguida, passa-se a fala a Roberto Morretti, que faz a sua
242 apresentação calcada em questões básicas da Agência de Água do PCJ. Valter
243 Vilela faz uma apresentação a cerca do processo de criação da Agência do Rio
244 das Velhas e Marcelo de Deus, fez um relato das atividades desenvolvidas na
245 Oficina de Usuários, específica para o setor elétrico. Yvonilde Medeiros
246 agradece às apresentações feitas, salientando o quanto este tema é complexo e
247 que se tem muito assunto a ser trabalhado pela Câmaras Técnicas do CBHSF
248 (CTOC, CTIL e CTAI); Paulo Teodoro faz uma reflexão sobre a situação das
249 agências implantadas e em fase de implantação, tanto no Estado de São Paulo,
250 quanto no Estado de Minas Gerais; Rosalvo Jr. questiona a Maria Luiza
251 Granziera e a Yvonilde Medeiros quanto que todo o estudo estará pronto e
252 quando será disponibilizado para todos os membros do Comitê; a Patrick

253 Thomaz, pergunta se todos os estudos prospectivos de cobrança se encerram
254 na nota técnica ou quando os estudos realmente estariam prontos. Raimundo
255 Garrido faz uma explicação com sua experiência, o conhecimento e os aspectos
256 econômicos e particularmente também a questão política; Maria Luiza Granziera
257 e Patrick Thomas esclarecem quanto aos questionamentos feitos e reforçam a
258 necessidade de que haja um Pacto de Gestão; Luiz Fontes faz uma reflexão
259 sobre como deve-se dar o retorno dos recursos da cobrança pra a Bacia do Rio
260 São Francisco e pondera quanto a possibilidade da agência adquirir vida própria
261 e passar a ser um ente paralelo na gestão das águas do São Francisco; em
262 função disto, entende que a proposta de Consórcio Público trará inúmeras
263 dificuldades para incorporação de outros setores, sociedade civil e usuários e
264 que uma entidade delegatária ou agência, tem que incorporar a adversidade da
265 bacia; sugere ainda que o valor que a ANA atualmente contribui com a
266 Secretaria Executiva do CBHSF poderia ser mantido, ajudando na viabilização
267 da agência; Wagner Costa analisa o quanto é importante e difícil se estabelecer
268 um pacto de gestão em uma bacia da dimensão do rio São Francisco,
269 salientando que em Comitês de Afluentes a presença do Poder Público
270 Municipal é grande. Entende ainda que num futuro o CBHSF deva ser chamado
271 de Comitê de integração e que deve ser trabalhado os Comitês Afluentes,
272 estabelecendo uma federação de Bacias Afluentes; Thomaz Machado concorda
273 com as colocações de Luiz Fontes e pondera quanto ao papel do CNRH ao
274 analisar a proposta de viabilidade financeira da agência; Rodrigo Flecha fala do
275 trabalho Caminho das Águas e afirma que a ANA está fazendo quatro estudos
276 junto ao CBHSF, sem que no entanto tenha preferência por qualquer um dos
277 modelos de agência apresentados, pede ainda que seja elaborado um
278 calendário forte e conseqüente das reuniões CTOC e CTIL. Yvonilde Medeiros o
279 esclarece quanto a sugestão de calendário. Antônio Gomes (Sr. Toinho) faz
280 uma reflexão desde o nascimento do CBHSF até os dias atuais e demonstra
281 preocupação quanto a sugestão de integração de bacias; Jaildo Pereira faz um
282 breve esclarecimento quanto aos estudos sobre cobrança a serem
283 desenvolvidos pela Gama Engenharia, ressaltando as diferenças entre o

284 trabalho a ser desenvolvido por ele e pela consultora Maria Luiza Granziera;
285 desfeita a mesa, Yvonilde Medeiros chama Dr. Paulo Teodoro, coordenador da
286 Câmara Técnica de Articulação Institucional para assumir a mesa e apresentar
287 como está se dando os encaminhamentos do processo eleitoral de renovação
288 de membros do CBHSF; este relata a ocorrência da Oficina de Planejamento,
289 ocorrida em Belo Horizonte, donde se produziu o documento que definiu as
290 normas e procedimentos para o processo eleitoral (Resolução nº. 5, de
291 01.03.07) e o trabalho desenvolvido pelos membros da Comissão Eleitoral e da
292 Secretaria Executiva; ressalta a importância de todos atuarem como
293 mobilizadores neste processo e passa a palavra a Silvana Tosta para
294 apresentação das atividades operacionais desenvolvidas pela Secretaria
295 Executiva do CBHSF; esta apresenta o calendário do processo eleitoral,
296 ressaltando que as inscrições ocorrem entre 18 de abril e 18 de maio e que para
297 a estruturação das atividades operacionais, foi realizado em Salvador uma
298 oficina, onde os participantes foram todos os técnicos da UAR/SECEX e
299 colaboradores; ressalta ainda a importância do trabalho de articulação a ser
300 desenvolvido pelos Grupos Executivos Estaduais e que as plenárias setoriais
301 eleitorais ocorrerão entre 02 e 14 de julho e a posse dos novos membros e
302 eleição da nova diretoria ocorrerá em 09 e 10 de agosto. Malu Follador faz uma
303 apresentação sobre o trabalho desenvolvido pela equipe de comunicação,
304 envolvendo a produção de cartazes, folders, entrevistas em MP3 e atualização
305 do site do CBHSF; Dr. Paulo Teodoro convida Maria José para falar sobre os
306 preparativos da plenária indígena. Maria José coloca que todo o trabalho de
307 mobilização será feito pela Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais e que
308 ela ocorrerá entre os dias 06 a 08 de julho, na cidade de Glória/Ba. Sr. Pedrinho
309 coloca que a divulgação do processo eleitoral centrado basicamente no site do
310 CBHSF, não atende às necessidades da bacia, haja vista a grande maioria dos
311 ribeirinhos não ter acesso a este meio de comunicação e pede que a população
312 seja informada da ocorrência dos encontros regionais; Luis Fontes agradece a
313 Dr. Paulo Teodoro e faz um breve encerramento das atividades da plenária.
314 Convida para compor a mesa, Dr. Juliano Matos, Secretário de Meio Ambiente e

315 Recursos Hídricos da Bahia, Dra. Ana Catarina, Secretária de Recursos
316 Hídricos do Estado de Alagoas, Rodrigo Flecha, representante da Agência
317 Nacional de Águas. Luiz Fontes pede aos interessados em fazer candidatura de
318 locais para as próximas plenárias, que o façam e recebe duas propostas:
319 Maceió/AL e Petrolina/PE. Visando atender ao estabelecido no novo Regimento
320 Interno e a importância de se fazer plenárias na Bacia do São Francisco, Ana
321 Catarina e Rômulo Leão chegaram em um consenso e a cidade definida foi
322 Piranhas/AL. Colocado em regime de votação, esta indicação foi aprovada por
323 quatorze votos contra cinco e com uma abstenção. Após as palavras do Dr.
324 Juliano Matos, e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com Dr.
325 Luiz Fontes agradecendo o trabalho e empenho de todos.